

# Controlar o avanço excessivo do Estado

CARLOS BRANDÃO

"O Estado é uma abstração; ele não sente prazer ou dor, ele não tem esperanças ou receios, e o que julgamos seus propósitos são na verdade os propósitos dos indivíduos que o dirigem."

"Quando pensamos concreta e não abstratamente, verificamos em vez de o Estado certas pessoas que têm mais poder que o que cabe à maioria dos homens. E assim a glorificação do Estado vem a ser, de fato, a glorificação de uma minoria governante. Nenhum democrata pode tolerar uma teoria tão fundamentalmente injusta."

Bertrand Russell

O Brasil como país continental com dois terços do seu território ainda disponíveis para ingressar no desenvolvimento econômico, rico em matérias-primas, já todo coberto com sistemas modernos de comunicação e transporte, com população disponível, compatível com a amplitude do seu território, com vistas à sua exploração, tem de ser muito bem analisado para efeito de fixação de um ideal econômico na nova fase da nacionalidade a iniciar-se em 1985.

Dentro dessa ordem de idéias, alguns fatos têm de estar presentes para a futura fixação das diretrizes de política econômica que moldarão o nosso desenvolvimento nos próximos anos.

O primeiro deles, patente para todos, é a parte industrial, não sendo demais reafirmar ser hoje o Brasil auto-suficiente em toda a gama de produtos industriais, desde bens de consumo até bens de capitais e insumos básicos, e cujo parque tem capacidade não só para o nosso abastecimento, como para exportação. No caso dos insumos básicos, novos investimentos serão necessários a curto, médio e longo prazos, para aumentar a nossa competitividade no particular. Quanto à indústria voltada para o consumo interno, esta trabalha hoje com grande capacidade ociosa e seu retorno ao crescimento dependerá da elevação do poder aquisitivo dos assalariados. As indústrias de petróleo, álcool e petroquímica terão auto-suficiência assegurada dentro de pouco tempo, sendo que, no último caso, a petroquímica, já somos um país exportador. Em matérias-primas como minério de ferro, manganês, ouro e outras, os programas desenvolvidos no Norte do País, principalmente com a entrada do Projeto Carajás, cujos investimentos são altamente reprodutivos, criam possibilidades imensas e novas fronteiras de repercussões positivas, difíceis de medir a curto prazo. Todo esse panorama não é fruto de um excesso de otimismo em relação ao País, mas uma realidade conhecida interna e externamente.

No setor primário, destaca-se a agricultura, vocação natural e primeira desta nação, que ainda se resente de uma continuidade de política para seu melhor desempenho, uma vez que na parte de fertilizantes estamos caminhando para, em poucos anos, tornarmos-nos auto-suficientes. A pesquisa, a assistência técnica, os armazéns e os estoques reguladores, particularmente nas novas fronteiras que estão sendo abertas, são os nossos pontos fracos, juntamente com a falta de estrutura de comercialização e transporte do produtor aos grandes centros consumidores. Um planejamento adequado no particular, com continuidade na execução dos programas, poderá gerar a indispensável confiança do produtor rural, para que o País venha a ser um dos celeiros do mundo.

Quanto ao setor terciário, que envolve toda a gama de prestação de serviços, inclusive do sistema financeiro, entre os países em desenvolvimento nenhum alcançou os avanços por nós registrados. O mercado de capitais, quer de ações, quer financeiro, já atingiu um alto grau de sofisticação, estando em condições de voltar a dar suporte ao crescimento de nossa poupança interna, em níveis compatíveis com uma política de desenvolvimento auto-sustentado e sem inflação.

Hoje em dia, em que os meios de comunicação e transporte, pelos novos avanços tecnológicos realizados, acabaram por transformar o mundo em uma aldeia global, a interdependência das nações é maior do que era no passado, inclusive sob o aspecto da segurança. Sob o ponto de vista econômico, essa interdependência vem-se acentuando cada vez mais e uma nova ordem no particular, até mesmo monetária, terá de ocorrer.

Independentemente disso, dentre os países do terceiro mundo o Brasil é o que oferece melhores condições para, a longo prazo, amortizar a sua dívida externa. A nossa vocação de grande país exportador ainda não foi usada em todo seu

potencial e, proximamente, alcançaremos avanço na tecnologia pós-industrial para estarmos presentes na competição internacional. Para isso, temos material humano altamente capacitado para vencer os desafios, mas não podemos prescindir dos investimentos e do know-how internacionais, que complementem de maneira indispensável a nossa poupança interna e nos permita maiores avanços tecnológicos.

O que há de errado, no entanto, no Brasil atual, diante do quadro otimista descrito? O diagnóstico está a indicar unanimidade de pontos de vista de que é o excessivo avanço do Estado na economia que vem tirando a perspectiva de nosso país na área econômica.

O Brasil viveu, nos últimos anos, num clima de economia de guerra, próprio dos regimes autoritários, com o Estado avançando de tal forma na poupança financeira bruta interna que hoje já detém cerca de 80% do seu total. Não satisfeito com isso, buscou, acima do razoável, volumes crescentes da poupança externa, uma vez que da dívida de cerca de US\$ 100 bilhões 88% são de responsabilidade do setor público e apenas 12% do setor privado, sendo que a metade destes últimos o setor privado emprestou, internamente, ao setor público.

O crescimento do sistema financeiro estatal chegou a um nível tal que, se não houver uma reversão urgente, atingirá uma estatização completa da área financeira e, como decorrência fatal, levará ao socialismo ou ao capitalismo do Estado.

Esse conjunto de situações levou o setor privado à quase total dependência das decisões centralizadas no governo federal, no que se refere aos assuntos econômicos.

O excessivo avanço do Estado em todos os níveis, além de consumir a poupança interna disponível e puxar a poupança externa, não parou aí: passou a registrar déficits constantes, tanto da União quanto dos Estados, que foram cobertos com a emissão maciça de títulos e, de maneira perversa, com a emissão de papel-moeda, elevando sobremodo as taxas de juros e fazendo com que a inflação atingisse nível de resistência sem precedente na história do País.

O Brasil de economia ideal para a retomada do desenvolvimento está não só pronto como preparado, mas isto só será viável dentro de um regime plenamente democrático, através da volta ao fortalecimento da iniciativa privada e da economia de mercado, com o retorno do Estado às funções que uma democracia coloca sob sua responsabilidade.

Há necessidade de uma redução acelerada da participação do Estado na economia, para que a parte política e social tenha seus problemas equacionados dentro de um sistema de franquias democráticas. A história está cheia de exemplos de retrocesso político, quando o Estado procura não reduzir a sua influência e, pelo contrário, pretende tomar a si todos os claros, situação à qual Bertrand Russell, com a frase lapidar inicialmente transcrita, tão bem condenou.

O programa de desestatização deve ser reiniciado com maior vigor e todas as atividades que podem ser desincumbidas com eficiência pelo setor privado devem ser a este transferidas, mesmo com a venda de empresas com subsídios fiscais e de preços, e financiamentos a longo prazo.

O sistema financeiro estatal deve ser inteiramente reformulado, acabando-se com os conglomerados estaduais e restringindo-se a sua ação ao financiamento exclusivamente do setor privado da economia, medida esta que deve ter como exemplo inicial a esfera federal.

A reformulação do sistema monetário e a unificação dos orçamentos da União, de forma a passar a existir apenas o orçamento fiscal aprovado pelo Congresso Nacional, são medidas da máxima urgência, como também a decorrente criação de um banco central ortodoxo, para que tenhamos no futuro uma realidade fiscal, monetária e cambial.

O ideal econômico só será factível se o planejamento do governo federal, para atingir esse objetivo, vier a ser elaborado com detalhes, para conhecimento e aprovação da sociedade, tendo como seu fiel executor o próprio presidente da República. Só assim podemos acreditar na implantação da democracia plena em nosso país, que só sobreviverá se acompanhada, voltamos a frisar, do fortalecimento da livre empresa e da economia de mercado. A nossa grande nação merece isto e este é o único caminho para conquistarmos uma posição de liderança no mundo, a partir do terceiro milênio que em breve se iniciará.

— Carlos Brandão é presidente da Andima — Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto — e da Apec — Associação Promotora de Estudos da Economia; e ex-presidente do Banco Central.